



DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM PERSPECTIVA: DIÁLOGO ENTRE DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO RURAL EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Taciane Lais da Silva Velazquez¹

Virginia Elisabeta Etges²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os contextos sócio espaciais e as fundamentações teóricas que originaram as Políticas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais no Brasil e no México. Para tanto, a abordagem metodológica utilizada foi o materialismo histórico-dialético, com ênfase na tradição marxista latino-americana. O levantamento de dados foi realizado por meio de dados secundários, em fontes bibliográficas e documentais. Com base nas experiências analisadas e na literatura especializada na temática, pode-se afirmar que alguns elementos e diretrizes são fundamentais para avançar neste processo na América Latina. Um destes elementos é o reconhecimento de que quando tratamos de desenvolvimento, devemos ter presente que este é multidimensional, e não supervalorizar a dimensão econômica, ou seja, reconhecer as múltiplas dimensões (ambiental, social, cultural, econômica, política e institucional) de acordo com a realidade, com a identidade e as prioridades de cada território. Concluiu-se por meio dos resultados do presente trabalho que a diversidade regional deve ser analisada e identificada de acordo com seu contexto histórico e por meio do reconhecimento das dinâmicas multidimensionais resultantes do uso do território pelos sujeitos que ali vivem.

Palavras chave: Colonialidade. Multidimensionalidade. Brasil. México

Introdução

A palavra desenvolvimento remete a avanços no campo econômico e social, está relacionada com palavras-chave como: progresso; crescimento; modernização; bem-estar; mercado; planejamento; população; produção; igualdade; pobreza; participação; meio ambiente e necessidade. Desenvolvimento também aparece associado a melhores condições de vida, referindo-se ao crescimento econômico, social, cultural ou político (ESCOBAR, 2007). Além disso, a palavra dá nome a distintas instituições como bancos internacionais, agências governamentais, agências de desenvolvimento, e também, a muitos projetos de governo. Depois da Segunda Guerra Mundial passou a ser utilizada para tratar de temas teóricos

¹ Doutora em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR UNISC, Tutora do Curso de Agronomia na Unopar Universidade e Docente do Instituto Crescer Legal.

² Doutora em Geografia pela USP, docente e pesquisadora do Curso de Geografia e do PPG em Desenvolvimento Regional da UNISC. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq.



específicos da economia, uma forma de resposta à situação de pobreza em que grande parte da população do mundo vivia. A palavra desenvolvimento fomentou quase que no mesmo instante o termo subdesenvolvimento, em uma perspectiva de expor a situação dos países mais pobres, uma forma de insinuar que algumas nações estariam mais avançadas que outras, sugestão de que todas as nações deveriam seguir um único caminho rumo a reestruturação do capitalismo (ESCOBAR, 2007).

A necessidade dessa reconfiguração do capitalismo se referia a uma relativa desconcentração de controle do poder, sobretudo, com relação ao trabalho e aos meios de produção, como resultado de uma luta global pela eliminação do colonialismo na Ásia, África, Oceania e da formação de novos Estados nacionais e pós-coloniais, alguns destes por meio de revoluções políticas e sociais, como foi o caso da China, Índia, Argélia, Vietnã e Cuba. De acordo com Anibal Quijano (2000), sociólogo e um dos principais pesquisadores do pensamento *decolonial* inspirado em autores como José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de la Torre, muitos destes processos ocorreram com a intenção de romper com o sistema capitalista, ainda que terminassem com ideais frustrados, o desejo pelo desenvolvimento se tornou globalizado (QUIJANO, 2000). “*El supuesto dominante era que el desarrollo es una cuestión referida a países o regiones, no a un dado “patrón de poder”*” (QUIJANO 2000, p. 78). O desenvolvimento era, principalmente, a modernização, a qual visava a padronização do desenvolvimento via sistema capitalista.

Um marco importante, neste sentido, foi em 1949 o discurso do presidente Harry Truman, o qual anunciou um programa de desenvolvimento, considerado por ele como “justo e necessário” para solucionar os problemas dos países “subdesenvolvidos”, baseado na ideia de aumentar a produção (GUDYNAS, 2011; ESCOBAR, 2007). Neste discurso, coloca a ideia de desenvolvimento totalmente atrelada à economia, focada no crescimento econômico, e essa compreensão prevalecente considerava que por meio do crescimento econômico os problemas relacionados ao bem-estar, desigualdade e pobreza seriam resolvidos. “(...) *el capital, la ciencia y la tecnología eran los principales componentes que harían posible tal revolución masiva. Solo así el sueño americano de paz y abundancia podría extenderse a todos los pueblos del planeta*” (ESCOBAR, 2007, p. 20).

Escobar (2007), antropólogo colombiano e importante pesquisador da antropologia do desenvolvimento, afirma que mesmo diante de adversidades, muitos países latino-americanos trataram de reconstruir suas economias com maior autonomia, utilizando-se do fomento do Estado via industrialização após a Segunda Guerra Mundial. A participação da organização sindical na vida política alcançou importantes conquistas, principalmente no que se referia a maior participação das classes populares na busca por justiça social e na busca por



consolidação da própria democracia. O discurso do desenvolvimento ganhou força com a guerra fria e a necessidade de abertura de novos mercados, e também, com o temor ao comunismo e à superpopulação (ESCOBAR, 2007).

A aplicação linear do conceito de desenvolvimento se ancorava quase totalmente na ideia de progresso da base material, econômica e produtivista. Os principais estudiosos que se debruçaram a entender esses processos no século XIX foram David Ricardo, William Petty, Friedrich List, Karl Marx y Alfred Marshall. Já no século XX, estudiosos como Michal Kalecki, John M. Keynes y Nicholas Kaldor realizaram importantes aportes teóricos. Contudo, a ideia de desenvolvimento como um processo linear, com conotação darwinista de evolução biológica das espécies influenciou o conceito de desenvolvimento no final do século XX (GUDYNAS, 2011). A concepção evolucionista do desenvolvimento impulsionou as teorias de modernização e as etapas do desenvolvimento econômico de Rostow (1961), com um caráter progressivo, ordenado e estável.

Essa vertente sociológica fortaleceu a ideia de copiar o exemplo de modelo modernizador de desenvolvimento das sociedades ocidentais, ajustando-o para aplicá-lo na América Latina, com a intenção de tirar a população latino-americana do atraso. “*Se insistía en que el tema central era el crecimiento y no la distribución, y desde ese tipo de posturas se cimentó la insistencia en apelar a indicadores como el Producto Interno Bruto (PIB)*” (GUDYNAS, 2011, p. 112). Neste período, houve outro fator que influenciou as estratégias de desenvolvimento, que foram as intervenções públicas na economia. Havia a necessidade de planejamento e/ou ação governamental, as quais estavam legitimadas pelo keynesianismo (ESCOBAR, 2007). O Estado passou a ser o principal protagonista no estímulo ao crescimento econômico, se destacando como o ator fundamental para superação dos problemas das nações. Nos países capitalistas surge o *Welfare State*, já nos países socialistas, foi possível em poucas décadas, por meio da centralização, reduzir a pobreza (SILVA, 2012).

Celso Furtado (1975), nesse sentido, afirmava que o desenvolvimento econômico nesses moldes era um mito que estava concentrado em objetivos abstratos, como o crescimento financeiro e as exportações. O autor toma como base uma importante análise da história econômica e realiza uma crítica ao mimetismo cultural dos países mais ricos. No entanto, esse discurso sobre desenvolvimento como sinônimo de desenvolvimento econômico não foi superado, apenas apresentado com novas roupagens, fácil de perceber nos palanques políticos da América Latina. É ilusório pensar que territórios mais pobres irão gozar dos mesmos recursos e ter a mesma forma de vida que os territórios mais ricos têm. De acordo com Furtado (1975), isso é irrealizável, essa ideia foi criada para motivar as pessoas em



situação de pobreza, ou países “subdesenvolvidos”, a aceitar grandes sacrifícios para imitar e valorizar o padrão de vida dos países mais ricos, ditos “desenvolvidos”, o que legitimaria destruir suas formas de vidas, consideradas como uma cultura arcaica. Assim, se justificava tais formas de dependência que acentuavam o caráter predatório do sistema produtivo, que continuou no século XXI.

A defesa e campanha em prol do crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento continua, o qual seria alcançado por meio do aumento das exportações e dos investimentos. O mito do desenvolvimento está ancorado justamente neste ponto. Segundo Rist (2002), o mito do desenvolvimento pode ser comparado com uma crença moderna, que não pode ser confundida com ideologia, pois uma ideologia se discute, a qual pode ser, por exemplo, liberal, comunista ou socialdemocrata e admitir a diversidade de perspectivas sociopolíticas. Enquanto isso, o desenvolvimento constitui-se como uma crença, um tipo de certeza coletiva que é indiscutível, como um elemento da religião moderna.

Alguns autores como Rist, Escobar, Esteve, Quijano e Sachs se dedicaram a esmiuçar o mito do desenvolvimento, bem como revelar as consequências negativas que o discurso desenvolvimentista, com pretensão de um crescimento econômico perpétuo, apresentou por todo o mundo. A utilização de tal discurso, ancorado no mito do progresso, vem sendo reinventado com novas roupagens, mas segue fracassando e estes insucessos fazem parte do motor que gira o sistema capitalista (RIST, 2002). Escobar (2007) corrobora a concepção de Rist, contudo, de forma mais aproximada à crítica a modernidade, apresentado certa afinidade com projetos que possam ser transformadores e não tão radicais. O autor acredita que as valorizações das heterogeneidades locais podem proporcionar esquemas territorializados de desenvolvimento alternativo, fortalecendo a crítica ao discurso totalizante e as consequências do período desenvolvimentista que inventou o terceiro mundo, utilizando-se de políticas e projetos homogeneizantes.

A questão levantada pelos autores não propõe romantizar os movimentos sociais e os povos e comunidades tradicionais, ou colocar sobre eles a responsabilidade de exercer uma força contra hegemônica. Diferente disto, o que demonstram com o resultado de suas pesquisas são alternativas criadas pela sociedade civil organizada que conseguem escapar das “trampas” colocadas pelo discurso do desenvolvimento como progresso econômico. É fato que os planos são implementados em diferentes realidades e por consequência disto geram distintos impactos e resultados, que acabam por demonstrar a influência da base social. O contexto territorial e suas particularidades de formação socioespacial é determinante nos projetos de desenvolvimento, os quais sofrem alterações de acordo com a realidade em que são construídos e/ou aplicados.



Sendo assim, O objetivo deste artigo é analisar os contextos sócio espaciais e as fundamentações teóricas que originaram as Políticas de Desenvolvimento dos Territórios Rurais no Brasil e no México. Para tanto, a abordagem metodológica utilizada foi o materialismo histórico-dialético, com ênfase na tradição marxista latino-americana. O levantamento de dados foi realizado por meio de dados secundários, em fontes bibliográficas e documentais. Dessa forma, o presente trabalho está subdividido em três partes além desta introdução, na primeira parte discutimos sobre a colonialidade do desenvolvimento latino-americano, na segunda abordamos as temáticas referentes ao território, desenvolvimento rural e políticas públicas na América Latina, por fim, as considerações finais.

A colonialidade do desenvolvimento latino-americano

Autores como Quijano e Escobar que se dedicam a estudos pós-colonialistas e utilizam fontes de inspiração latino-americanas, as quais são fundamentais para a construção da crítica a modernidade/colonialidade, vêm recebendo maior atenção no campo acadêmico atualmente.

Quijano (2000) associa colonialidade à modernidade, afirmando que uma questão não pode ser entendida sem a outra. Conceitos como colonialidade do poder e ferida colonial estão diretamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo desde a colonização das Américas, em que todas as formas de vida e reprodução social não identificadas como europeias foram classificadas como inferiores, processo que pode ser caracterizado como violência cultural. A teoria da modernização em nenhum momento justificou porque a cultura de determinadas populações era superior à de outras. Entretanto, hoje sabe-se que essa “superioridade” estava muito mais atrelada às diferentes formas de desenvolvimento do que com a cultura propriamente dita, como uma situação natural de diferenciação entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”.

Ao tomar como base teórica o materialismo histórico dialético, essa superioridade cultural é atribuída ao capital, ao sistema capitalista que atua em múltiplas escalas, promovendo a dependência externa e estrutural de populações locais. Esse padrão eurocêntrico é o que se caracteriza como padrão mundial do sistema capitalista desde o século XVIII (QUIJANO, 2000). No entanto, Quijano (2000, p. 81) afirma que na atualidade “*su hegemonía mundial es ahora, final y quizás definitivamente, contestada desde todos los ámbitos dominados, donde no sólo vive la subalternidad, sino también comienza a constituirse una alternidad*”.



Em países da América Latina, como Brasil e México, essa discussão já é razoavelmente conhecida, mas pouco relacionada com o debate sobre desenvolvimento. De acordo com Radomsky (2011), existe uma carência de discussões que se utilizem da perspectiva teórica da modernidade/colonialidade/descolonização e que façam uma leitura da realidade latino-americana nessa perspectiva, pois ainda são poucos os autores do meio acadêmico que se dedicam a essa temática. A maioria das abordagens são timidamente desconstrutivas e pouco questionadoras do eurocentrismo, o que se apresenta como um grande desafio teórico e prático. Há a necessidade de superação da subjugação dos sistemas de conhecimentos das comunidades tradicionais, bem como, recuperar os saberes de populações tradicionais, como indígenas e comunidades quilombolas, entre outras, afirmando que desenvolvimento não se constitui apenas do saber científico, tampouco na modernidade ocidental, mas também na ancestralidade e nas ontologias não ocidentais.

O Estado é um ator importante, no sentido de determinar a perspectiva de desenvolvimento a ser adotada como referência, pois o conceito pode ser transmutado quando é apropriado politicamente (RADOMSKY, 2011). A constituição equatoriana, por exemplo, incluiu na nova Constituição Política do Estado premissas relacionadas a um Estado plurinacional, mencionando questões que colocam em prioridade o projeto coletivo de viver bem, traduzido no conceito de *buén vivir*, inserido no texto constitucional por meio de pressões sociais e do movimento indígena equatoriano (VIÑÁN, 2005).

Ao tomar por base a noção de desenvolvimento associada a um projeto coletivo de viver bem, estão acionados alguns conceitos como participação social, igualdade de gênero, pluralismo cultural, os quais valorizam sobretudo a cultura e as tradições ancestrais, os bens naturais e se organizam de forma social e política bem mais participativa do que a concepção de desenvolvimento eurocêntrica, na qual prevalece o princípio do desenvolvimento econômico homogeneizante.

Quijano (2000, p. 74) propõe uma reflexão a partir da pergunta “¿Qué es pues lo que se desarrolla?”, e se utiliza da resposta de Immanuel Wallerstein, para afirmar que o que se está desenvolvendo não é um país ou um território e sua população, mas sim um “*patrón de poder*”. As sociedades capitalistas mantêm um padrão de dominação, exploração e de conflitos, os quais se articulam nas relações de trabalho. Na América Latina já fazem mais de 500 anos que essas relações mercantilizadas do trabalho se estabeleceram. Esse modelo se impôs com sucesso sobre as demais formas de desenvolvimento que existiam nesse território. Contudo, esse mesmo padrão capitalista que é exercido globalmente, não ocorre da mesma forma em todo o mundo. Na verdade, o capitalismo se articula de diversas formas em múltiplos espaços-tempos, em diferentes contextos históricos e distintas estruturas, configurando um



único padrão mundial com todos eles. Conforme Quijano (2000, p. 75) “*tales espacios-tiempos se diferencian por el modo y el nivel de ese patrón de poder*”.

En ese sentido, la sistemática relación histórica entre el proceso de desarrollo de la sociedad capitalista y del desarrollo del moderno Estado-nación en un dado espacio de dominación o país, implica, necesariamente, el correspondiente desarrollo de la democracia en las relaciones sociales y en las relaciones políticas, ya que el moderno Estado-nación es más nacional y más fuerte sólo en tanto y en cuanto es más democrática la sociedad y en consecuencia más democráticas las formas y niveles de representación política en el Estado, de todos y de cada uno de los sectores de interés social (QUIJANO, 2000, p. 77).

Na América Latina essas relações democráticas são mais frágeis e em consequência, colocam as populações em situação vulnerável e com menor representatividade perante ao padrão de poder globalizado. Isso, também é um dos reflexos da trajetória histórica de colonização do território latino-americano, a raça foi colocada como uma questão de controle de poder, os brancos se consideravam uma raça naturalmente superior e exerciam, desde o momento da independência, o poder e o controle de Estado, mesmo sendo minoria. “*La colonialidad del poder era la base misma de la sociedad*” (QUIJANO, 2000, p. 85). O que por consequência dificultou o exercício da democracia na sociedade, pois a colonialidade do poder tornava a nacionalização da sociedade latino-americana praticamente impossível. Tendo em vista que qualquer tipo de democratização, por menor que seja, necessita ter o mínimo de representatividade e identidade nacional, o que implicava na descolonização das relações de poder e na ideia de raça como forma de classificação da população (QUIJANO, 2000).

O poder econômico capitalista, que segundo Quijano (2000) atualmente é conhecido como globalização, ainda permanece no comando, agora representado pelos múltiplos atores que mantêm o padrão de acumulação de capital. Esse poder econômico exerce pressão para enfraquecer a democracia, induzindo a sociedade e o Estado a seguirem em condição de dependência. Assim, na medida em que essas pressões se desenvolvem, aumentam as possibilidades de crescimento do capitalismo em todos os territórios, pois o capitalismo mundial necessita fundamentalmente do Estado, mas o necessita o menos democrático e nacional possível (QUIJANO, 2000).

Escobar (2007), aponta que uma aproximação possível na busca de alternativas, seria nas práticas de resistências de grupos de base que realizam enfrentamentos a projetos de desenvolvimento dominantes. A realização de pesquisas em territórios e comunidades que trabalham na articulação do discurso e da prática de desenvolvimentos alternativos, pode ser



um caminho para entender, a partir de outra visão, a situação de vivência cultural em relação ao desenvolvimento. Talvez a chave para analisar as alternativas de desenvolvimento dos territórios considerados como “subdesenvolvidos” ou “terceiro mundo” seja a mudança de perspectiva, buscando entender a cultura, as heterogeneidades, e sobretudo, escutando essas populações. Esse processo deve utilizar a teoria como um conjunto de formas de conhecimento em disputa, as quais possuem suas vertentes em distintas culturas e de forma simultânea inseri-las em estratégias políticas concretas (ESCOBAR, 2007).

En el fondo de la investigación de alternativas yace el hecho claro de la diferencia cultural. Las diferencias culturales encarnan –para bien o para mal, cuestión importante para las políticas de investigación e intervención– posibilidades de transformar las políticas de representación, es decir, de transformación de la vida social misma. De las situaciones culturales híbridas o minoritarias pueden surgir otras formas de construir la economía, de asumir las necesidades básicas, de conformarse como grupos sociales. La mayor promesa política de las culturas minoritarias es su potencial para resistir y subvertir los axiomas del capitalismo y la modernidad en su forma hegemónica (ESCOBAR, 2007, p. 376).

Portanto, a heterogeneidade cultural é um fator político determinante, e é evidente que o poder do capital e as novas tecnologias não estão direcionadas a defesa das minorias. Ainda assim, a reconstrução das subjetividades marcadas por múltiplas tradições e culturas se apresenta como uma alternativa viável e real, obviamente considerando os processos históricos. Nesse contexto de descolonização coloca-se o desafio de construção de um Estado que garanta um projeto de nação aos seus territórios, dando a oportunidade de construção de visões e práticas inovadoras que possam repercutir em várias escalas e dimensões, com proposta de construção do desenvolvimento alternativo, que permita ir além do crescimento econômico e romper com relações de dependência.

Território, Desenvolvimento rural e Políticas Públicas na América Latina

A espacialidade do desenvolvimento requer muita atenção, o que requer ir muito além da supervalorização das ações locais. Se faz necessária a compreensão das questões complexas de natureza histórico-estrutural e levar em consideração as particularidades e diversidades regionais dos distintos territórios. O capital busca transformar todos os processos de desenvolvimento em seu predicado, incluindo o território (BRANDAO, 2008). Não se trata de romantizar a possibilidade de consolidar um novo padrão de desenvolvimento somente a partir do local, depositando todas expectativas no potencial endógeno de determinada



localidade. Ou seja, não é possível negar as questões estruturais que se articulam, todos os conflitos estabelecidos, e tampouco, as classes sociais antagônicas.

Se faz necessária a compreensão da lógica capitalista, do “*patrón de poder*” de acumulação de capital, para compreender as ferramentas de ação por ele utilizadas, pois um projeto de nação passa também pela disputa dos meios de produção e do Estado. As relações de classe, analisadas pela perspectiva da divisão social do trabalho precisam ser interpretadas em todas as escalas, tendo em vista que a globalização se utiliza das mesmas para articular as estratégias de acumulação capitalista.

Brandão (2008, p. 52), pesquisador brasileiro da área do planejamento urbano e regional, afirma que “o sistema capitalista aperfeiçoou seus instrumentos, inclusive o manejo mais ágil das escalas e a capacidade de utilização do espaço construído”. Smith (1988), geógrafo escocês e importante pesquisador da geografia crítica, explica que esse processo faz parte da geografia específica do capitalismo, das suas contradições e da tendência em promover a diferenciação e a igualização das condições de produção.

O modo de produção capitalista visa, historicamente, à homogeneização e diferenciação dos territórios. O processo de globalização se faz simultaneamente produzindo fragmentações, diferenciações, pois se por um lado o modo de produção capitalista tende à homogeneização da lógica de reprodução do capital, por outro lado, esse mesmo capital valoriza as diferenças, e promove desigualdades no território nacional (SMITH, 1988; PALLOIX, 1978). Para Milton Santos (1977), geógrafo e pesquisador brasileiro, o espaço geográfico é uniformizado pela globalização, contudo, afirma que não existe um espaço global, mas espaços da globalização. Aponta a necessidade de análise sistemática da realidade territorial em seu tempo histórico atual:

[...] ao pensar na construção de novas horizontalidades que permitirão, a partir da base da sociedade territorial, encontrar um caminho que se anteponha à globalização perversa e nos aproxime da possibilidade de construir uma outra globalização. [...] o Lugar - não importa sua dimensão - é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual (SANTOS, 2006, p.174).

De acordo com Santos (2006, p. 230) “o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o “Mundo” necessita dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos”. Desse modo,



em um momento específico se dão as escolhas de determinados lugares e não de outros e nessa movimentação, acontece a modificação da totalidade dos lugares e do espaço.

Portanto, entende-se que existem complexas configurações de escalas, as quais são resultantes da heterogeneidade territorial, mas também, tensionadas pelo modo de produção dominante, o “*patrón de poder*”. Nesse sentido, o território é percebido como um espaço de resistência, movido por coalizões e tensões geradas pelas relações de poder que nele se manifestam. O território, dessa forma, é também mobilizado pelas expressões dos atores sociais nos processos históricos, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais particulares, a partir das quais potencialidades de desenvolvimento socialmente justo e equitativo podem ser identificadas e fomentadas. Nas palavras de Santos (2000, p. 104-105), “o território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes”, o que nos orienta a pensar processualmente a região, a formação socioespacial e a estrutura global da sociedade. De acordo com essa perspectiva, o território se apresenta como um campo privilegiado para a análise da complexidade do seu uso.

Assim, de acordo com Reis (2006), o que acontece de fato é muito mais contingente, dependendo da formação sócio histórica do território e seus processos, pois a interpretação das dinâmicas que ocorrem nas diversas escalas depende da genealogia do território, as quais promovem as mudanças. Favareto (2015, p. 20) afirma que é necessário ir mais adentro na compreensão e alerta, que “é preciso focalizar as interdependências entre o todo e as partes e para a dialética que, dessa composição, conforma o real”.

Desse modo, a escala do Estado nação é decisiva nos processos de acumulação capitalista e da própria reprodução dos mesmos. Existem grandes problemas estruturais, os quais provocam crises e impactos nos territórios, porém, a gestão do território está constantemente em disputa, tanto pelo Estado Nacional, pela sociedade como também, pelo mercado. Essas correlações de forças, relações de poder, tensões e conflitos que existem em uma macroestrutura se manifestam no território. Nessa perspectiva, países da América Latina, como Brasil e México começam a introduzir mudanças importantes nas estratégias de desenvolvimento dos territórios, incorporando novas institucionalidades que apontam para a necessidade de políticas com caráter territorial e regional.

Uma das orientações, neste sentido, foi impulsionada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), “*un organismo regional de las Naciones Unidas, creado en 1947, en Santiago de Chile. Los estructuralistas tuvieron un peso destacado en la corriente ideológica conocida como desarrollismo*” (KAY, 2007, p. 4), a qual teve muita influência em todo território latino-americano após a Segunda Guerra Mundial. Essa corrente de



pensamento previa o aumento dos gastos governamentais em projetos de desenvolvimento, pois o Estado era considerado o ator principal responsável pelas mudanças econômicas, sociais e políticas, por meio do planejamento econômico. O Estado era visto como o agente modernizador, e para isso a industrialização era a principal estratégia (KAY, 2007).

Cuestionaba los efectos asimétricos del comercio internacional que beneficiaba más a los países desarrollados del centro que a los países subdesarrollados de la periferia. Para superar el deterioro de los términos del intercambio los estructuralistas abogaban por la industrialización por sustitución de importaciones (ISI). Aunque criticaban las relaciones desiguales entre el centro y la periferia ellos no proponían un cambio revolucionario y una transición hacia el socialismo sino más bien una forma de capitalismo de estado (KAY, 2007, p. 4).

A agricultura passou a ter um papel estratégico neste quesito de fornecimento de matérias primas para a indústria, disponibilização de mão de obra barata, em abastecer as cidades com alimentos regulando os preços dos produtos e evitando a importação de alimentos, assim como no abastecimento das indústrias com matérias primas agropecuárias e florestais e na geração de mercado para esses produtos industriais. No entanto, a agricultura não conseguiu sustentar toda essa demanda deste projeto de industrialização. Um dos principais entraves era a estrutura fundiária da América Latina, que *“por primera vez, en algunos países la balanza comercial agropecuaria se tornó deficitaria o negativa, o sea el valor de las importaciones agropecuarias superaban al valor de las exportaciones agropecuarias”* (KAY, 2007, p 5).

Além disso, a estrutura agrária baseada em latifúndios era injusta e perpetuava a pobreza, bem como, as desigualdades sociais. Como uma estratégia de reverter tal situação, os estruturalistas pensaram políticas públicas voltadas à agricultura, como extensão rural, investimentos em pesquisas e disponibilização de crédito subsidiado. Mas, independentemente dos esforços a favor da reforma agrária, os governos latino-americanos eram muito frágeis para lograrem estabelecer uma intervenção mais significativa, o que de fato ocorreu foi a promoção do modelo de agricultura capitalista, fortalecida, a partir da década de 1950, pela “Revolução Verde”, resultando no aprofundamento das desigualdades sociais no meio rural. Mesmo assim, esse processo possibilitou um estímulo à institucionalidade da sociedade rural. *“Sindicatos rurales, cooperativas y asociaciones pasaron a integrar el campesinado en la economía, la sociedad y la arena política nacionales”* (KAY, 2007, p. 5). Contudo, a solução dos problemas do desenvolvimento rural enfrentados na época, proposto pelos estruturalistas e desenvolvimentistas, foram buscados no cerne do sistema capitalista.



Organizações internacionais consideraram como frustradas as políticas de reforma agrária, passando a dar mais ênfase para projetos que priorizassem a qualidade de vida dos “pobres” rurais, baseados na ideia de desenvolvimento rural integrado. Passar de uma perspectiva de desenvolvimento rural produtivista para uma visão mais integrada, se apresentava como um enorme desafio, principalmente pela fragilidade de instituições e governos capazes de levar este projeto adiante. Diante deste cenário, o conceito de Desenvolvimento Rural Integrado (DRI) foi implementado em alguns países da América Latina, na década de 1980, por influência de atores como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Entretanto, as políticas implementadas neste sentido, tinham um viés centralizador e com ações estabelecidas de cima para baixo (IICA, 2012). Com a diversidade de atores envolvidos em tais projetos de desenvolvimento, conseqüentemente expressaram interesses e geraram conflitos com a base social dos territórios.

Diante deste cenário, ficam evidenciados dois projetos políticos, um voltado às demandas de mercado, baseado em uma estrutura fundiária concentrada. O outro, focado nas discussões pautadas pelos sindicatos e movimentos sociais sobre a necessidade de reconhecer a categoria da agricultura familiar, o que criou um contexto de disputa entre duas arenas políticas, que tenciona para uma grande mudança na agenda das políticas públicas e no cenário da macroeconomia. Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, alguns pensadores estruturalistas dedicados à compreensão do enfoque da dependência, contribuíram para a emergência do neoestruturalismo. Nessa ocasião se manteve a lógica do Estado como ator principal, mas deixa de ser o empreendedor e passa a ser gerenciador/administrador de conflitos. Passa-se a entender que a industrialização não é suficiente para alcançar o desenvolvimento e que se faz necessário agregar à industrialização a produção de bens intensivos em tecnologia.

Outros marcos importantes na concepção sobre desenvolvimento, nesse período, foram a criação de uma divisão territorial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1994 e, em 1996, a publicação do relatório do Banco Mundial “A nova visão do desenvolvimento rural”, os quais apontam impactos e conseqüências do modelo de desenvolvimento implementado até então. Também na década de 1990 o desenvolvimento sustentável entra em pauta, em que o termo sustentabilidade é agregado ao conceito de desenvolvimento rural, o qual começa a integrar o discurso político, apresentando uma mudança nas concepções vigentes até então. Porém, de acordo com Vizeu et al (2012, p. 579-580):



(...) o modelo dominante do desenvolvimento sustentável tanto não questiona a hegemonia do mercado como orientador da atividade produtiva, como pouco discute até que ponto a lógica de produção para o mercado é coerente com o propósito de manutenção da vida no planeta e da redução das injustiças sociais.

Especialmente no fim dos anos 1990, a maioria dos países da América Latina se preocuparam em elaborar uma série de programas e políticas de desenvolvimento territoriais, principalmente voltadas ao meio rural, como podemos observar na Figura 1 (SABOURIN, MASSARDIER, SOTOMAYOR, 2016). Na tentativa de oporem-se à visão de que o desenvolvimento estaria vinculado à industrialização e urbanização dos territórios, os estudiosos da área do desenvolvimento regional, juntamente com os *policymakers* articulados com as demandas da sociedade civil e do poder público perceberam a necessidade de compreender o rural para além de uma categoria passível de ser compreendida apenas em termos setoriais, mas sim territoriais. Isso porque, a grande expectativa com a industrialização como promotora de desenvolvimento foi frustrada. Pinto (2000), afirma que a industrialização ao invés de acabar com a heterogeneidade estrutural³, na verdade, apenas acentuava mais a dualidade entre as estruturas territoriais e permanência da heterogeneidade estrutural, o que gera consequências diretas na estrutura periférica.

Além disso, com a emergência de um enfoque territorial voltado ao desenvolvimento rural nos países europeus, suscitou-se um debate voltado a possibilidade de uma replicação do mesmo nos países da América Latina. Algumas entidades como a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o BID, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Banco Mundial estavam estimulando a criação de normas para a adesão ao enfoque territorial. Com isso, desde os anos 2000, os países latino-americanos começaram a implementar várias iniciativas que estão em conformidade com essa perspectiva, entre as quais, destaca-se o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (INCODER), na Colômbia; o Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), na Argentina; a Ley de Desarrollo Rural Sustentable (LDRS), no México; e o Programa Nacional de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável (PRONAT), no Brasil (GHESTI, SILVA, 2016).

³ O conceito de “heterogeneidade estrutural” carrega a noção de “dualismo” presente em Furtado e Prebisch que é condenada por Pinto (2000), alegando que tal conceito parte de um caso extremamente abstrato, não captando as implicações e os efeitos deste fenômeno (MEDEIROS, p. 8, 2019).

Figura 1 – As políticas de desenvolvimento territorial rural na América Latina

País	Política	Lei	Año
Argentina	Proyecto de desarrollo e pequeños productores rurales – ProInder		1998
	Programa Federal de Apoyo al Desarrollo Rural Sustentable - ProFeder		2003
	Programa Nacional de Apoyo al Desarrollo de los Territorios INTA		2006
Brasil	PRONAF-CMDR	Decreto Nº 1.946, de 28 e junho de 1996	1996
	PRONAT-PDSTR		2003
	PTC Programa Territórios da Cidadania		2008
Chile	Política Regional y territorial SECODIR (Ministerio Interior)		2006
	Programa de Desarrollo Territorial Indígena (PDTI) e PADIS		2008
	Pol. Nac. Desarrollo Rural 2014-24		2013
Colômbia	INCODER (en Ministerio de agricultura)	Ley 388/97 ordenamiento territorial rural Ley 1152	1997
	Plan Nacional de Desarrollo 2010-2014 Prosperidad para Todos		2007
	Desarrollo Rural e Territorial, DRET		2009
			2012
Costa Rica	Instituto Nacional de Desarrollo Rural INDER	Ley Fomento Producción Agropecuaria FODEA y Orgánica del MAG	1995
	Grupos de Acción Territorial GAT		2006
			2010
El Salvador	Territórios del Progreso		2008
Equador	Prolocal y Proder	Art. 279 de la Constitución de la República del Ecuador 2013	2007
	Plan Nacional del Buen Vivir		2008
México	Programa Nacional de Solidaridad-PRONASOL	Ley de Desarrollo Rural Sustentable	1990
	Consejo Mexicano para el Desarrollo Rural Sustentable		2001
			2008
Uruguai	Mesas de Desarrollo Rural (Ministerio de Ganadería y Agricultura)	Ley de Ordenamiento Territorial y Desarrollo Sostenible 18.308	2009
			2007

Fonte: SABOURIN; MASSARDIER; SOTOMAYOR, 2016. Grifos da autora.

Nesse sentido, as políticas de desenvolvimento territorial na América Latina também vêm com uma proposta de reequilibrar as áreas rurais marginalizadas e valorizar as particularidades dos territórios rurais (SABOURIN, MASSARDIER, SOTOMAYOR, 2016). Nesta mesma época, começaram a ser constatados alguns limites da agricultura e dos municípios em promover o desenvolvimento rural. Havia uma tendência declinante na parte da agricultura, principalmente na formação das rendas das famílias de agricultores, e também, na ocupação de trabalho. Esses limitantes eram identificados, como consequência de uma visão setorial e fragmentada da aplicação dos investimentos (FAVARETO, 2009).



A abordagem territorial passou a ser debatida de maneira mais influente e mais ampla na América Latina após a publicação do trabalho de Schejtman e Berdegú em 2004, os quais entendiam o território como uma construção social, “*un conjunto de relaciones sociales que dan origen y a la vez expresan una identidad y un sentido de propósito compartidos por múltiples agentes públicos y privados*” (SCHEJTMAN & BERDEGUÉ, 2004, p.29). Nessa mesma perspectiva Rambo e Filippi (2014) afirmam que as discussões sobre o desenvolvimento cada vez mais estabelecem relação com o território. A América Latina, seguiu exemplo de experiências internacionais que utilizavam a abordagem territorial, o principal deles foi o Programa *Liasson Entre Actions de Développement de L'Économie Rurale* (LEADER) da União Europeia implementado em 1991, que propõe uma nova perspectiva de desenvolvimento rural, na tentativa de reverter problemas como êxodo rural em algumas regiões da Europa e a degradação ambiental. A principal estratégia do Programa LEADER era a adoção da abordagem territorial, estimular a competitividade territorial e a valorização multidimensional deste processo, com a incorporação das dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais (FAVARETO, 2007).

Considerações Finais

Ainda que a realidade latino-americana seja histórico-estruturalmente distinta da europeia, a implementação de políticas públicas que relacionam o conceito de desenvolvimento ao enfoque territorial foi um marco importante no início dos anos 2000 em praticamente toda a região. De certa forma, reproduzindo o modelo hegemônico do “*patrón de poder*”, baseado no modelo europeu, pois mesmo que a orientação do programa seja a valorização da identidade territorial e a multidimensionalidade do desenvolvimento, as experiências de desenvolvimento vivenciadas na América Latina em geral não foram contempladas. Considera-se que são extremamente válidas todas as experiências de desenvolvimento, mas o fato é que historicamente prioriza-se a do modelo padronizado, que não rompe com relações estruturais da sociedade, deixando à margem experiências de desenvolvimento vividas até os dias atuais por comunidades que estabelecem uma outra relação com os meios de produção, com diferentes formas de organização política e social.

Segundo a FAO (2003), políticas com base na nova ruralidade europeia estão mais relacionadas aos novos usos dos territórios rurais direcionadas ao manejo de patrimônios culturais e ambientais, do que propriamente questões estruturais que são, de certa forma, responsáveis pela permanência das desigualdades. O que é muito diferente dos países da América Latina, pois a persistência de processos de subdesenvolvimento como a reprodução



de privilégios e desigualdades estruturais são algumas marcas deixadas pelos processos históricos que são difíceis de compensar, muito além da superação da pobreza. A configuração deste padrão de uso dos territórios são coisas distintas, entre eles está a distância maior entre as zonas urbanas e as zonas rurais, também possui centros urbanos menos densos do que a Europa, bem como padrões de vida abaixo do que os patamares europeus.

Sendo assim, a simples transposição de políticas públicas europeias para América Latina, que possui realidades distintas, se apresenta como uma questão bastante complexa. (BERDEGUÉ, 2019). No período entre 1996 e 2007, vivemos na América Latina um momento de releitura crítica da experiência regional do desenvolvimento rural, o que representou um esforço grande para entender as novas características das nossas sociedades rurais, as quais passaram por grandes mudanças desde a interrupção da crença liberal dos anos 1980. Vários estudiosos se dedicaram a estudar aspectos diferentes das sociedades rurais, cada um tinha interpretações sobre somente uma parte da realidade, até que começaram a ter uma visão mais integrada ao alcance da América Latina.

Dessa forma, aponta-se por meio dos resultados do presente trabalho que a diversidade regional deve ser analisada e identificada de acordo com seu contexto histórico e por meio do reconhecimento das dinâmicas multidimensionais resultantes do uso do território pelos sujeitos que ali vivem. A realização de uma reflexão mais aprofundada da origem das políticas públicas de desenvolvimento territorial na América Latina evidenciou a pertinência da discussão desta temática a partir da análise multiescalar e multidimensional destes processos.

Conclui-se, portanto, que não existe uma receita pronta sobre como promover desenvolvimento territorial. Entretanto, com base nas experiências analisadas no Brasil, no México e na literatura especializada na temática, pode-se afirmar que alguns elementos e diretrizes são fundamentais para avançar neste processo na América Latina. Um destes elementos é o reconhecimento de que quando tratamos de desenvolvimento, devemos ter presente que este é multidimensional, e não supervalorizar a dimensão econômica, ou seja, reconhecer as múltiplas dimensões (ambiental, social, cultural, econômica, política e institucional) de acordo com a realidade, com a identidade e as prioridades de cada território. Apresenta-se como determinante a redução das desigualdades sociais, e não das desigualdades regionais, como prevê o “*patrón de poder*”, pelo contrário, entende-se que a diversidade regional deve ser vista como uma potencialidade para um desenvolvimento equitativo.



Referências

BERDEGUÉ, Julio. Una mirada crítica al desarrollo territorial rural. In: FERNÁNDEZ, María Ignacia (Org.). **Perspectivas para el desarrollo rural latinoamericano**: un homenaje a Alexander Schejtman. 1 ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019. p. 263-283.

BRANDÃO, Carlos Antonio. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, M.; MILANI, C. (orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea**: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: UFBA, 2008.

CEPAL. Nações Unidas. **Panorama del Desarrollo Territorial en América Latina y el Caribe**: agendas globales de desarrollo y planificación multinivel. Documentos de Proyecto. Santiago: Naciones Unidas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42721/1/S1701079_es.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2020

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**: Construcción y deconstrucción del desarrollo. Traducción de Diana Ochoa. 1. ed. Caracas/Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2007. Disponível em: <<https://bibliotecapromocion.msp.gob.ec/greenstone/collect/promocin/index/assoc/HASH018.c.dir/doc.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.

FAO. Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. **La nueva ruralidad en Europa y su interés para América Latina**. FAO: 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-y4524s.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2019.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: Fapesp/Ed. Iglu. 2007.

FAVARETO, Arilson. Três Momentos na Evolução Recente da Gestão Social do Desenvolvimento Territorial – Dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural ao Territórios da Cidadania. In: Bacelar, T. et.al. **Gestão social dos territórios**. Brasília: IICA, 2009.

FAVARETO, A. *et. al.* Territórios importam – Bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interiores no Brasil. **Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade** – Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-46, dez. 2015.

FURTADO, Celso. **El desarrollo económico**: un mito. Ciudad de México: Siglo XXI, 1975.

GHESTI, J. P.; SILVA, S. P. A Abordagem Territorial do Programa Leader na Europa e sua Transferência Institucional ao Contexto Latino-americano: Uma análise crítica. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental** – IPEA, Brasília, n. 14, jun. 2016. p. 219-231. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_regional/160630_bru_14.pdf>. Acesso em: 26 mai. 2020.

GUDYNAS, Eduardo. Ambiente, sustentabilidad y desarrollo: una revisión de los encuentros y desencuentros. In: REYES RUIZ, J.; CASTRO ROSALES, E. **Contornos educativos de la sustentabilidad**. Guadalajara/México: Editorial Universitaria, 2011. p. 109-144. Disponível em: <<http://ecologiasocial.com/wp->



content/uploads/2016/08/GudynasAmbienteDesarrolloEncuentrosMx11.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2020.

KAY, Cristóbal. Enfoques sobre el Desarrollo Rural en América Latina y Europa desde Mediados del Siglo Veinte. In: GARCÍA PASCUAL, F. (Org.). **El mundo rural en la era de la globalización: incertidumbres y potencialidades**. Madrid: Universitat de Lleida: 2002. p. 337-429. Disponível em: <https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/Biblioteca/fondo/pdf/29537_all.pdf>. Acesso em: 23 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN – FAO. Desarrollo Territorial Rural - Analisis de Experiencias en Brasil, Chile y Mexico. In: F. BAQUERO; L. BEDUSCHI; C. FALCONI. **Oficina regional de la FAO para América Latina y el Caribe**. 1. ed. Santiago de Chile: FAO, 2007. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/es/desarrollo-territorial-rural-analisis-de-experiencias-en-brasil-chile-y-mexico>>. Acesso em: 15 mai. 2020.

fantasma-del-desarrollo-en-america-latina.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

PALLOIX, Christian. **La internacionalización del capital**. Madrid: H. Blume, 1978.

PINTO, Aníbal. Natureza e Implicações da “Heterogeniedade Estrutural” da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta Anos do Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000. v. 2. p. 567–588. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1627/S33098N962Av2_pt.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 07 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90, mai./ago. 2000. Disponível em: <<https://antropologiadeoutraforma.files.wordpress.com/2013/04/quijano-anibal-el->

RAMBO, A. G.; FILIPPI, E. E. A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica. **Revista Ambiência**, Guarapuava, v. 8, n. 5, p. 699-719, nov. 2012. Edição Especial 1. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/2021/1790>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

REIS, José. **Uma Epistemologia do território**. Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa, 2006. Disponível em: <http://www.uesc.br/cpa/artigos/uma_epistemologia_territorio.pdf> Acesso em: 13 dez 2017.

ROSTOW, Walter W. **Las etapas del crecimiento económico**. México: Fondo Cultura Económica, 1961.

SABOURIN, E. MASSARDIER, G. SOTOMAYOR, O. As políticas de desenvolvimento territorial rural na América latina: uma hibridação das fontes e da implementação. **Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública** – v.3 Nº 1. p. 75-98, Ecuador, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia** - São Paulo AGB, n.54, p.81-99, jun.1977.



SANTOS, Milton. et al. O Papel Ativo da Geografia – Um Manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano V, n. 9, jul./dez. 2000. Disponível em: <http://www.laget.eco.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2019.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. **Desarrollo territorial rural**. Documentos de Trabajo. Santiago do Chile: Rimisp, 2004.

SILVA, Felipe Prado Macedo da. **Desenvolvimento territorial: a experiência do território do sisal na Bahia**. 2012. 251 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Economia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/13551/1/DesenvolvimentoTerritorialExperiencia.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VIÑÁN, Patricio. La matriz colonial, los movimientos sociales y los silencios de la modernidad. In: WALSH, Catherine (Org.). **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial: reflexiones latinoamericanas**. Quito/Equador: Abya-Yala, 2005. p. 71-109. Disponível em: <<http://repositorio.uasb.edu.ec/bitstream/10644/7426/1/Walsh%20C-Pensamiento%20cr%20y%20matriz%20de%20colonial.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cebape/v10n3/07.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2020.